

VIOLÊNCIA: OS MORTOS TAMBÉM CONTAM

Os acontecimentos registrados nos últimos dias, especialmente entre 12 de julho a 17 de julho, em razão da paralisação das polícias civil e militar, merecerão muitas reflexões a respeito da segurança pública na Bahia na era atual.

O inabilidade institucional tornou-se patente pela falta de abertura imediata dos canais de diálogo. Apesar dos distúrbios, a população, em grande parte, apoiou as reivindicações dos militares, reconhecendo que os mesmos devem ter salários dignos e adequados à missão por eles desempenhada. O papel das polícias foi revelado com a sua falta. As mais diversas vozes, da mídia à sociedade organizada, passando pelos populares e até mesmo os setores oficiais, cada um a seu modo, reconheceram a importância do papel desempenhado pelas polícias em nossa Cidade.

O clima que se segue ao descontrole contempla um aspecto de ordem contábil, especificamente no que se refere aos prejuízos sofridos pelo segmento comercial. Fala-se em 80 lojas saqueadas e depredadas, 29 estabelecimentos da Cesta do Povo também saqueados, além dos prejuízos causados pelo fechamento do comércio e rede bancária.

O Jornal *A Tarde* de 18 de julho de 2001 noticia que “Comércio quer compensação pelos prejuízos que sofreu”. De acordo com a matéria, que ouviu “entidades e sindicatos de vários segmentos do empresariado”, esta categoria está “solicitando a adoção de medidas com abertura de linha de crédito e prazos maiores para o saldo de compromissos financeiros. Ainda, segundo a matéria, “hoje, o governo deve anunciar um

‘pacote’ para atender às reivindicações”.

É interessante observar o predomínio de uma posição patrimonialista no que se refere à questão de reparo aos danos. Este aspecto merece uma análise mais aprofundada que não será objeto desta pequena reflexão. Há que se notar, no entanto, que os mecanismos de defesa são vislumbrados em relação a setores organizados e mais privilegiados economicamente.

Sabe-se que mais de 50 pessoas morreram em função da violência, em Salvador, durante os dias de paralisação das polícias. Sabe-se, também, que o perfil dos mortos corresponde ao das vítimas habituais: pobres, jovens, moradores de bairros periféricos, em sua maioria do sexo masculino. Estas mortes, como é habitual, não são contabilizadas como perdas ou prejuízos, para elas não há previsão de “pacotes”, elas são o **fim** no sentido absoluto. Um fim que ocorre todos os dias e para o qual não há políticas públicas, implementadas, capazes de superá-lo.

Mesmo sabendo que as mortes são impagáveis, seria interessante realizar um exercício de cunho jurídico para colocar em “linguagem contábil” o valor das vidas ceifadas pela violência.

É bom também, recordar que, não obstante a magnitude dos números registrados contra o comércio de Salvador, não devemos perder de vista um cenário mais complexo em que aquelas ocorrências se deram. Este cenário mais complexo resta inalterado, ou seja, a fome, o desemprego, o não reconhecimento do indivíduo enquanto cidadão permanece intactos.